

“Uma aplicação em Educação Financeira Escolar para alunos do 9º ano do ensino fundamental”

Aída Mariane dos Santos
Secretaria Estadual de Educação - SEDUC-RJ
aidamariane@gmail.com

Marisa Leal
Instituto de Matemática da UFRJ
marisaleal@im.ufrj.br

Introdução

O presente trabalho é um recorte da Dissertação de Mestrado da Professora Aída Mariane dos Anjos sob a orientação da Professora Marisa Leal e que foi aprovada pelo Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional, PROFMAT, da Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ.

Tendo como tema central a Educação Financeira Escolar, na perspectiva da Educação Matemática, e a sua incorporação no ambiente escolar visando, dessa forma, oferecer aos alunos atividades que incentivem uma melhor gestão do dinheiro por meio de ações pedagógicas na disciplina de Matemática.

Pesquisas recentes apontam um percentual significativo de endividamento entre os cidadãos brasileiros, destacando a possibilidade de introdução de temas de Educação Financeira na fase escolar para promover estímulos que possam transmitir conhecimentos e reduzir esses impactos negativos na economia futura formando assim cidadãos mais conscientes com instruções sobre Educação Financeira.

As redes estão repletas de influenciadores, especialistas, investidores, enfatizando que as pessoas devam saber investir seus recursos financeiros e que todos, sem distinção, podem enriquecer, basta para isso aprender. Ganha força a ideia de que todos podem ter um patrimônio.

Na internet é vasto o repertório para acesso, nos serviços de música streaming conteúdos diversos em podcasts com temas sobre Educação Financeira: PoupeCast, PrimoCast, Drops de inteligência financeira são alguns que podem ser citados. Em uma livraria é bem provável encontrar livros na área dos mais vendidos com títulos bastante sugestivos, do tipo: “Do mil ao milhão sem cortar o cafezinho”, “Quem pensa, enriquece”, “Pai rico, pai pobre”, sendo este último um bestseller referência que figura na lista dos mais vendidos pela Amazon mesmo após 20 anos de seu lançamento.

Embora as questões que dizem respeito ao dinheiro sejam comuns no nosso dia a dia, o tema finanças não costuma fazer parte da grade curricular dos estudantes.

Uma constatação crítica evidenciada em algumas leituras de categoria financeira, como Kiyosaki (2018) traz, e que nos leva a reflexões enquanto professores:

Infelizmente, lidar com o dinheiro não é ensinado nas escolas. Elas se concentram nas habilidades acadêmicas e profissionais, mas não financeiras. Isso explica por que médicos, gerentes de banco e contadores versados, que tiveram ótimas notas enquanto estudantes, terão problemas financeiros durante toda sua vida.

É bastante comum críticas referentes ao sistema escolar em diversos aspectos e sabemos que condições que versem sobre melhorias são pertinentes, seja na estrutura física das escolas quanto aos recursos e tecnologias que otimizem a aprendizagem como também da parte orgânica da estrutura de conteúdo. Cristofolini (2015) coloca em questão a necessidade de modernização de nosso sistema educacional de forma que novas habilidades

Em específico ao ensino da Matemática, há um eventual apontamento que, por alguns assuntos do cronograma exigirem maior grau de abstração dos alunos, estes sejam colocados em discussão de sua importância para sua formação.

Ao passo que o aluno vai avançando em sua escolaridade, é natural que o processo de aprendizagem seja diversificado. À medida que acontece esse avanço, há um distanciamento do elementar para o pensamento abstrato.

Entendemos que não seja suprimindo um conteúdo a favor de outro que a formação do aluno se torne mais efetiva. É interessante pensar numa aliança entre as duas vertentes e assim, nossos estudantes, por si estabeleçam relações que lhe sejam significativas.

O processo de ensino-aprendizagem de Matemática é desafiador para os professores e a dificuldade de compreensão dos alunos é clara e real. Nem sempre o ensino de um conteúdo matemático se mostra como prático de forma imediata na vida do estudante, o que não o descaracteriza em importância para sua formação.

Sendo assim, desenvolver em sala de aula assuntos com temas que busquem dialogar com a realidade dos estudantes pode ser uma proposta facilitadora para os vínculos que eles sejam capazes em estabelecer no seu campo cognitivo. De acordo com Moraes, et al. (2008), “as disciplinas tradicionais deixam de ter um fim em si mesmas, tornando-se meios para promover a reflexão crítica da realidade social para compreender, questionar e transformar o mundo em que vivemos”.

A escola pode se permitir ser um espaço em potencial para estabelecer relações nos quais o aluno sinta a integração do currículo escolar para fora do ambiente escolar. Como apontam Grando e Scolari, (2016), “as crianças e os adolescentes passam grande parte de sua vida na escola, deveriam sair da mesma com capacidade e autonomia para enfrentar a vida social, mas enfrentar de forma consciente e crítica, capaz de estabelecer relações entre o conteúdo aprendido em sala de aula e as situações com as quais se depara fora dela”.

É perceptível que os estudantes chegam à última etapa da educação básica com lacunas significativas em questões importantes, tal como temas relacionados à Educação Financeira e Educação fiscal. Há discursos que colocam em pauta que alunos terminam o ciclo escolar sem conhecimentos, por exemplo, em como declarar imposto de renda e do que se trata essa ação. Pereira e Brito et al. (2024) traz que “refletir sobre tributos é oferecer à população, já na educação básica, as possibilidades de entender o papel, o tamanho e a responsabilidade do Estado, e contribuir para conseguir lutar e defender seus direitos”. Formar cidadãos mais participativos e conscientes da vida em sociedade decorre de um processo contínuo no qual a escola pode contribuir com ações integradas em seus componentes curriculares.

Cartão de crédito, Pix, conta corrente, contas digitais, são algumas ferramentas financeiras usuais que integram nossa vida e que estão associadas ao uso de dinheiro. De modo que se torna importante conhecer sobre produtos

financeiros para podermos fazer bom uso. Contas a pagar, compras mensais, aluguel, desejos de consumo, imprevistos em um mês, dívidas, são elementos que costumam fazer parte da vivência dos cidadãos brasileiros e manter o equilíbrio financeiro se torna o grande desafio para muitos. Por meio do acesso a uma Educação Financeira na escola podemos discutir assuntos dessa categoria e oportunizar que a Educação possa promover uma aproximação de temas que capacite nossos estudantes em lidar melhor com o dinheiro, sendo mais conscientes de suas decisões.

Como destacam Corcetti e Trevisol (2004), que “a modernidade vem modificando sensivelmente a finalidade do conhecimento. A humanidade foi percebendo que determinados conhecimentos adquiridos não são mais suficientes para dar conta das necessidades do mundo moderno, nem estão dando conta de subsidiar as decisões feitas pelo indivíduo durante sua vida. Dependendo dos caminhos, ele precisa de novos conhecimentos, isto é, de novas formas de lidar com o tempo, com a vida e com as coisas. A modernidade vem modificando sensivelmente a finalidade do conhecimento. A humanidade foi percebendo que determinados conhecimentos adquiridos não são mais suficientes para dar conta das necessidades do mundo moderno, nem estão dando conta de subsidiar as decisões feitas pelo indivíduo durante sua vida. Dependendo dos caminhos, ele precisa de novos conhecimentos, isto é, de novas formas de lidar com o tempo, com a vida e com as coisas”.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento referência obrigatória para os curriculares escolares, apresenta em sua proposta pedagógica que o estudo dos objetos de conhecimentos se aproxime de temas de relevância social, cultural dos estudantes e da comunidade em que estão inseridos. A BNCC destaca nesse sentido a abordagem de Educação Financeira. Diante do exposto percebemos fundamental uma reflexão da função social da escola para a formação dos estudantes e em apoio ao componente curricular de Matemática desenvolvemos no presente trabalho uma sequência didática em Educação Financeira a ser aplicada para alunos do 9º ano do ensino fundamental.

Como forma de compreender a escolha das propostas de atividades da Sequência Didática a ser apresentada faremos uma breve abordagem sobre Educação Financeira e Cidadania, diferenciaremos Matemática Financeira de Educação Financeira e estabelecendo uma aliança entre esses dois conceitos para uma compreensão global de uma dada realidade e finalmente comentaremos algumas das orientações advindas da BNCC em relação aos temas contemporâneos transversais que aponta para que a Educação Financeira seja incorporada aos currículos escolares.

Importante ressaltar que durante a elaboração da dissertação que originou esse trabalho compartilhamos alguns resultados com Alunos/Professores da Educação Básica em uma Roda de Conversa durante o Curso de Especialização Saberes e Práticas da Educação Básica – Faculdade de Educação da UFRJ.

Palavras-chave: Educação Financeira, Letramento Financeiro, Endividamento, Economia, Matemática.

1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CIDADANIA

Como estabelecido em legislação nacional, lei n.º 9394/96 de diretrizes e bases da educação das disposições da Educação básica:

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, 1996, art. 22)

Considerando que a aprendizagem esteja vinculada a vida em sociedade e o exercício da cidadania dos estudantes, devemos planejar o desenvolvimento de ações em sala de aula que possa favorecer a transição do uso das informações transformando as em conhecimento por parte dos estudantes.

Nessa linha de pensamento, Moraes (2008) apresenta um caminho para essa integração através do trabalho em sala de aula com temas que possibilitem a formação do aluno enquanto cidadão crítico e consciente do seu papel na construção de uma sociedade humanizadora, voltada à igualdade de acesso e oportunidade para todos e não apenas para a minoria pertencente à classe dominante.

São inúmeros os questionamentos quanto a inserção do ensino da Educação Financeira nas escolas. Em junho de 2022, repercutiu na sociedade, advindo do Congresso, o posicionamento de uma parlamentar quanto a essa questão de o tema Educação Financeira integrar o currículo escolar das escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul. Contrária ao projeto de lei que pretende inserir o tema no currículo escolar, argumentava que “o problema das famílias gaúchas cujos filhos estudam nas escolas públicas não é de educação financeira e sim de falta de dinheiro”. Em continuidade às ideias há menção sobre “o constrangimento que seria para o professor ensinar crianças vindas de famílias pobres a administrar suas finanças a ponto de não se endividar”.

Acreditamos que não deva se tratar em negar a ação pedagógica que a introdução em Educação Financeira propõe, mas sim sobre pensar em relação às possibilidades de levar essa temática para dentro do espaço escolar de modo a atender estudantes de diferentes perfis e classes sociais diversas. Em conjunto a isso se faz necessário ampliar o olhar para lacunas de ordem social e perceber que é imprescindível políticas que possam atender pessoas mais vulneráveis economicamente a melhorar sua saúde financeira.

Como destacam Bufalo e Pinto (2023): “a compreensão sobre a relação entre Estado, Educação e Políticas públicas se faz essencial para o entendimento de como a Educação Financeira se torna política pública no Brasil”. Trindade (2008, p.45) estabelece a Educação Financeira como “política pública escolar que precisa ser compreendida como uma ciência de análise de comportamentos e não de fórmulas matemáticas, cujo principal objetivo é a alfabetização financeira”.

Alvim (2003, p.2) define o dinheiro como uma instituição social relevante:

A forma dinheiro possui elevado **poder** ao exercer seu papel e suas funções sociais, pois têm capacidade de mediar satisfação das necessidades humanas, individuais e sociais, alienadas

historicamente ao sistema da apropriação individual da riqueza na sociedade moderna.

Temos o dinheiro como instrumento integrante de nossa prática social e trazemos nessa pesquisa a oportunidade de discutir sobre suas relações significativas dentro do espaço escolar em uma perspectiva de Educação Financeira.

Uma parcela significativa de pessoas acredita que a falta de dinheiro é a causa de seus problemas financeiros. Para essas pessoas parece ideal que ter mais dinheiro solucionaria muitas questões em sua vida, sendo comum pensar que uma maior quantia as atenderia melhor em realizações pessoais. Para pessoas com problemas financeiros parece promissora a ideia que ter mais dinheiro resolveria essas situações.

De acordo com Eker (2006), “é provável que uma pessoa que não esteja interiormente preparada para ganhar mais dinheiro acabe sem seus recursos e que sua riqueza tenha vida curta”. Além disso, ele acrescenta que a maioria das pessoas não tem habilidade interna para acumular e manter grandes quantidades de dinheiro.

De acordo com Silva e Escorisa (2017), “o ensino de finanças pessoais para jovens estudantes pode ser uma forma de torná-los mais conscientes de seu comportamento econômico na sociedade”.

Os autores Lima e Sá (2010) apontam que “na hora de tomada de decisões, conhecimento e informação se fazem necessários na vida de todas as pessoas. Dessa forma, é muito importante inserirmos os conceitos financeiros na vida dos jovens e crianças no ensino fundamental para que eles se sintam preparados para lidar com dinheiro, ou para saberem o quanto estão pagando de juros como consumidores ou ainda para poderem planejar suas vidas, sabendo a influência da inflação, do valor do dinheiro no tempo e para que tenham uma vida financeira mais estável, sem dívidas e preocupações no final do mês”.

Nesse sentido é importante conhecer sobre o que é, de fato, a Educação Financeira e a sua relação com a Cidadania Financeira.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE):

A Educação Financeira pode ser definida como o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, e obtêm informação e instrução, desenvolvem habilidades e confiança, de modo a ficarem mais cientes sobre os riscos e oportunidades financeiras, para fazerem escolhas mais conscientes e, assim, adotarem ações para melhorar seu bem-estar. (OCDE – 2005)

Assim, a Educação Financeira se mostra como um conjunto de conhecimentos processuais (seus resultados levam tempo) para além de cortar gastos e acumular dinheiro e se institui com práticas de disciplina, consciência e bons hábitos, para melhorar a compreensão das pessoas quanto a boa gestão de seus recursos.

De forma prática, uma Educação Financeira promove reflexões nas quais possamos lidar com o dinheiro de forma mais consciente. Cerbasi (2009), mestre

referência em Educação Financeira no Brasil, defende a importância de um planejamento financeiro pessoal e cita sobre organização financeira na qual “quanto mais aperfeiçoamos essa prática, menos dúvida haverá na hora de fazer escolhas de consumo, investimento e realizações pessoais, e mais eficientes serão essas escolhas”.

Adquirir bons hábitos financeiros ao longo da vida leva-nos a melhorar a relação com o dinheiro e reflete em nosso momento futuro já que pressupõe por ações e atitudes mais acertadas no agora, como BONA (2023) traz que “ao controlar as finanças, certamente teremos que fazer escolhas, e que essas escolhas nos levará, no futuro, a um resultado compatível”.

O conhecimento sobre Educação Financeira não é pensado somente para pessoas que tenham maior poder aquisitivo, que desejam investir e possam aumentar seu patrimônio financeiro, não! O fato de possuir rendas menores não significa que não se possa pensar na organização e planejamento financeiro e otimizar seus recursos dentro de sua possibilidade. Pessoas tendem a ter a quantidade de dinheiro com a qual conseguem lidar com mais facilidade”.

O modelo financeiro de uma pessoa consiste em uma combinação dos seus pensamentos, dos seus sentimentos e das suas ações em questões de dinheiro e os conhecimentos sobre Educação Financeira são necessários a diferentes perfis, independentemente de sua condição econômica.

A Educação Financeira é uma precursora para a inclusão financeira dos cidadãos, fazendo com que tenham clareza e acesso efetivo aos seguintes serviços financeiros como: crédito, poupança, pagamentos, seguros, previdência e investimentos. Sobre cidadania financeira, o Banco Central do Brasil (2018), define como o exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros. A Educação Financeira é citada como um dos pilares que sustentam o exercício de uma cidadania financeira, apresentando ações que permitam que as pessoas compreendam como lidar com a renda decorrente de seus gastos, como planejar e organizar seus recursos financeiros, como poupar para emergências, além de aprimorar seu conhecimento sobre serviços financeiros.

2. A MATEMÁTICA NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Em relação ao componente curricular Matemática, devemos refletir sobre o processo de aprendizagem para além do mecanismo em operar números e calcular, que, de certa maneira, se mostram vinculados a ideia do “saber matemática”. Há uma necessidade em despertar para ferramentas pedagógicas que levem a situações mais completas de importância no desenvolvimento dos estudantes à compreensão da realidade. Baroni (2022, p. 29) traz que “é preciso trabalhar temas geradores e buscar o diálogo com outras áreas do conhecimento, favorecendo ações interdisciplinares para ampliar o diálogo no processo de formação”.

É fundamental considerar o caminho para entendimento de situações mais reais, relacionar as aulas de Matemática aos aspectos da vida financeira e seus desdobramentos sociais como em: remuneração, trabalho, economia, política, sustentabilidade, consciência ambiental. De tal maneira que tenhamos uma contribuição no sentido de tornar a aprendizagem em Matemática com

significado prático de aplicação na vida, podendo até mesmo que o conhecimento adquirido pelo aluno possa se estender ao seu núcleo familiar.

É comum relacionar a temática em Educação Financeira como competência exclusiva do professor de Matemática e, em algumas circunstâncias, limita-se o tema apenas em aplicações envolvendo Matemática Financeira, quando, na verdade, a promoção para uma Educação Financeira perpassa por variados campos de conhecimento abrangendo seus aspectos sociais, econômicos e políticos. A Educação Financeira é um tema que dialoga com outras áreas do saber, o que favorece ações interdisciplinares e transdisciplinares. TRINDADE (2021, p.30) aponta como desafio a busca pela transversalidade do tema, uma vez que a própria BNCC preconiza que a Educação Financeira é um tema da escola e não apenas do professor de Matemática.

Ainda é comum que os conteúdos de Educação Financeira sejam ligados à Matemática e, às vezes, limitados às aplicações financeiras, como juro simples e compostos, porcentagem. Devemos esclarecer que Matemática Financeira e Educação Financeira são temas diferentes entre si, ainda que se relacionem em algum momento.

Em Matemática Financeira temos presentes conceitos e aplicações diretas dos cálculos em fórmulas para resolver problemas de ordem monetária, entendendo o valor do dinheiro ao longo do tempo, em análise de juros, empréstimos, investimentos.

Apesar de haver diferenças entre Matemática Financeira e Educação Financeira, uma não exclui a outra e se relaciona em aspectos práticos da realidade financeira. Vejamos essa relação através da hipótese de que uma pessoa esteja na seguinte situação: precisa pagar uma fatura de cartão de crédito e não tem dinheiro para fazer o pagamento total em um mês e pense na possibilidade de efetuar o pagamento mínimo da fatura. Seria razoável que uma pessoa nessa situação tivesse compreensão de sua situação para além do cálculo dos juros envolvidos (aplicação de Matemática Financeira) caso opte por usar a condição do crédito rotativo, de tal forma que ela possa ter as ferramentas matemáticas para operar sobre os juros que incidem no mês seguinte pagando o valor mínimo ou mais que lhe for possível acima do valor definido como mínimo.

Além disso, ela deve considerar as parcelas que serão acrescidas nas suas próximas faturas. Conforme a perspectiva da Educação Financeira, nessa situação é esperado que a pessoa tenha a capacidade de compreender as consequências dessa escolha em sua vida, tais como endividamento e até mesmo inadimplência, fato em que a pessoa não consegue honrar com o pagamento de uma dívida. A Educação Financeira opera no sentido comportamental, por assim dizer, de modo que possa orientá-la a buscar estratégias de organização financeira, seja reduzindo seus gastos ou evitando o uso do cartão de crédito.

Na situação apresentada, percebemos as nuances entre Matemática Financeira e Educação Financeira, que se complementam para compreender globalmente uma realidade específica.

Lima e Sá (2010 p.5), destacam que “Ensinar matemática financeira para as crianças não é só as ensinar a lidar com o dinheiro, mas sim fazer com que elas rejeitem a corrupção, façam negociações justas, cumpram prazos e valores combinados, tenham consciência ambiental usando sem desperdiçar os recursos naturais tendo um pensamento coletivo e humanitário e por fim que sejam responsáveis socialmente.

Essas ações estão conforme o que os PCN denominam "temas transversais". Ao preparar as novas gerações para o uso inteligente e responsável do dinheiro, estaremos contribuindo para o crescimento econômico e social, além de melhorar a qualidade de vida de cada cidadão

3. UM POUCO SOBRE A BNCC – BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo proposto pelo Ministério da Educação (MEC), dispõe sobre um conjunto progressivo de aprendizagens fundamentais que devem ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo da Educação Básica (Educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) tanto para alunos da rede pública como da rede privada.

O documento nos trouxe um olhar para o currículo escolar para não pensarmos apenas nos conteúdos em sua forma gradual à medida que se dá os avanços por série.

A BNCC traz em si um elenco de proposições pedagógicas que envolvam o aluno no processo de ensino-aprendizagem considerando aspectos além dos cognitivos como também compreendendo as dimensões físicas, sociais, culturais, intelectuais e emocionais, e estas sejam intencionalmente reconhecidas e estimuladas, ou seja, sob uma perspectiva de formação integral.

O Ensino Fundamental é formado por cinco áreas do conhecimento, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.

Em Matemática, no 9º ano do Ensino Fundamental, temos a subdivisão por unidades temáticas: 1. Números 2. Álgebra 3. Geometria 4. Grandezas e medidas 5. Probabilidade e estatística.

A fim de conectar os conteúdos curriculares à realidade, a BNCC recomenda que os sistemas de ensino incluam na grade de conteúdos e nas propostas pedagógicas a abordagem de temas atuais que impactam a vida humana em níveis locais, regionais e globais, preferencialmente de maneira transversal e integrada.

Dentre esses assuntos, a BNCC destaca:

(...) bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, Educação Financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB n.º 11/2010 e Resolução CNE/CEB n.º 7/201023). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares (...)

Sendo assim, há uma proposta pedagógica para que o estudo dos objetos de conhecimentos não se dê de forma isolada e que se aproxime de temas de relevância social, cultural dos estudantes e da comunidade em que estão inseridos. A BNCC destaca nesse sentido a abordagem de Educação Financeira.

Percebemos a importância desse saber na formação dos estudantes em discussões reflexivas sobre planejamento financeiro que leve ao autoconhecimento acerca da realidade sobre renda, endividamento, financiamento, orçamento. Conhecimento esse que pode contribuir para a formação de jovens com autonomia para tomada de decisões mais conscientes

e que tenham as habilidades necessárias para melhor compreensão de vida financeira.

Conforme orientação deste documento a Educação Financeira não se apresenta sistematizada em específico na disciplina de Matemática e sim como um tema transversal e integrador, dessa forma, a Educação Financeira caminha por variados campos de conhecimento abrangendo seus aspectos sociais, econômicos e políticos.

Com as orientações advindas pela BNCC houve um aumento do número de livros didáticos de Matemática que trazem assuntos sobre Educação Financeira sob diferentes aspectos.

4. SEQUÊNCIA DIDÁTICA EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR

A sequência didática a ser apresentada foi desenvolvida por uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública estadual da Baixada Fluminense localizada no bairro São Bento, no município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Os alunos participantes eram estudantes não-trabalhadores do turno da tarde, sendo uma turma composta por 35 estudantes, sendo 18 meninos e 17 meninas, com idade média de 16 anos. A pesquisa foi realizada em 8 encontros de 50 minutos entre os meses de agosto e setembro de 2023.

Antes de iniciarmos a aplicação da sequência de atividades em Educação Financeira, considerou-se importante dialogar com os alunos sobre a iniciativa em oferecer atividades relacionadas a esse tema nas aulas de Letramento em Matemática. Uma apresentação breve e objetiva, mostrando como é importante aprender a lidar com o dinheiro desde cedo, ter conhecimento sobre organização de contas pessoais e familiares, bem como um planejamento financeiro afeta a vida na realização de sonhos e desejos pessoais.

Os alunos foram previamente notificados de que participariam de atividades subsequentes e relacionadas umas às outras, de forma que seria muito importante sua frequência escolar, comunicação e participação nas discussões.

Alguns acordos foram estabelecidos entre professor e aluno para facilitar a organização do trabalho. O primeiro ponto diz respeito à formação dos grupos, onde todos deveriam estar comprometidos. O critério de formação pôde ser baseado na afinidade, mas, ao longo das etapas, o professor poderia intervir de forma a promover uma mescla entre alguns integrantes, caso considerasse necessário no momento. Dessa forma, foram criados cinco grupos de trabalho. Durante o processo, devido à baixa frequência de alguns estudantes, dois grupos perderam integrantes e continuaram as atividades propostas com a nova configuração.

A metodologia de trabalho cooperativo foi aplicada para que os alunos desenvolvessem problemas que poderiam ser resolvidos individualmente, mas que, com a colaboração, tornariam o processo de aprendizagem mais produtivo do que a simples busca por uma solução individualizada, uma vez que consideramos que o envolvimento e o esforço mútuos são fundamentais para a construção da proposta. Moraes (2008, p.8) afirma que “o trabalho com grupos cooperativos pode ser utilizado nas aulas, buscando a melhoria do ensino e enfatizando a interação entre professor e aluno e entre os próprios alunos”.

As atividades propostas aos alunos proporcionaram a oportunidade de rever temas matemáticos já abordados anteriormente e que se dirigem à aprendizagem em Educação Financeira.

A sequência didática está organizada em três etapas, a saber:

Etapa 1: Planejamento financeiro

Atividade 1: Chuva de palavras

Atividade 2: Orçamento familiar

Atividade 3: Salário mínimo: o que é?

Etapa 2: O hábito de poupar

Atividade 4: Quais são seus sonhos?

Atividade 5: Cálculo de proporção como salário mínimo

Atividade 6: Frações de uma quantidade na perspectiva de economizar

Etapa 3: Projeção de futuro

Atividade 7: Um olhar para o mercado de trabalho

Atividade 8: Verificação de um contracheque

A seguir, apresentaremos um breve detalhamento de cada uma dessas etapas e suas respectivas atividades.

ETAPA 1: PLANEJAMENTO FINANCEIRO

A sequência didática inicia com um direcionamento sobre planejamento financeiro, possibilitando que os alunos entendam o processo de organização financeira. O planejamento financeiro oferece uma excelente oportunidade para os estudantes utilizarem competências matemáticas em contextos reais, tais como o cálculo de despesas e receitas. Essas atividades são projetadas para ajudar os alunos a tomar decisões financeiras mais bem fundamentadas, compreendendo conceitos financeiros básicos, como orçamento e economia. Ao aprender a gerenciar finanças, os alunos se tornam mais preparados para desafios financeiros futuros, como controlar despesas pessoais, pagar contas e até investir. As atividades dessa etapa visam estimular nos estudantes a compreensão da relação entre esforço, trabalho e recompensa financeira, o que pode inspirá-los a valorizar mais os bens adquiridos.

❖ ATIVIDADE 1: SONDAÇÃO COM CHUVA DE PALAVRAS

Objetivo da atividade:

- Levar os estudantes a se apropriarem do vocabulário (significado) com palavras e expressões que serão utilizadas nessa sequência didática.

Desenvolvimento da atividade:

Os alunos receberam, simultaneamente, uma cópia contendo uma primeira lista das seguintes palavras: orçamento, planejamento financeiro, dinheiro, despesa fixa, despesa variável, receita fixa e receita variável e uma segunda lista, com seus respectivos significados em ordem aleatória. Em seguida, os estudantes deveriam fazer a associação da palavra com seu significado, transcrevendo para seus cadernos. Por fim, o professor segue complementando cada definição de forma expositiva para a turma. Os alunos deveriam estabelecer as associações da seguinte maneira:

1. ORÇAMENTO: É a parte de um plano financeiro estratégico que compreende a previsão de receitas e despesas futuras para a administração de determinado exercício.
2. PLANEJAMENTO FINANCEIRO: Processo de atingir as metas financeiras da vida por meio do gerenciamento adequado dos recursos financeiros.
3. DINHEIRO: Sistema de valor utilizado para realizar trocas de bens na economia.
4. DESPESA FIXA: Gastos com valor fixo ou pouca variação que ocorrem praticamente todo mês, independente do seu consumo.
5. DESPESA VARIÁVEL: Gastos com valor que varia conforme a frequência e a intensidade de seu consumo e podem não ocorrer todo mês.
6. RECEITA FIXA: Rendas com valores iguais ou que variam muito pouco, como o salário ou aposentadoria
7. RECEITA VARIÁVEL: Renda com variáveis que variam de um mês para outro, como comissão de vendas e bônus.

Os alunos apresentaram dificuldade quanto aos conceitos de orçamento e planejamento financeiro por julgarem ser parecidos, de modo que grupos que souberam diferenciar os termos ajudaram os demais na compreensão.

❖ ATIVIDADE 2: ORÇAMENTO FAMILIA

Objetivos da atividade:

- Compreender a dinâmica mensal de um orçamento doméstico e o impacto na vida familiar.
- Considerar situações de imprevistos em um planejamento financeiro.
- Planejar formas de reduzir gastos.

- Apresentar a ideia de saldo positivo e saldo negativo de forma prática.
- Estimular bons hábitos financeiros e a tomada de decisões de forma consciente.

Desenvolvimento da atividade:

Os alunos receberam uma cópia individual de um orçamento doméstico de dois meses. Em seguida, esses orçamentos foram discutidos para que todos pudessem entendê-los. Os alunos foram convidados a discutir as perguntas a seguir em seus grupos. Após isso, houve uma rodada de conversas gerais.

Analizando o orçamento doméstico da Família de Pedro:

Pedro é um adolescente de 14 anos, estudante do 9º ano. Ele estuda em uma Escola Pública bem pertinho de onde mora.

Caio é irmão de Pedro. Caio tem 7 anos e está estudando no 1º ano da educação infantil em uma escola do município localizada próximo de sua casa.

A casa de Pedro é alugada e com eles moram mais três pessoas adultas que contribuem financeiramente com as despesas familiares.

Somando todas as contribuições em dinheiro da Família de Pedro, a renda familiar mensal chega, em alguns meses, a R\$ 3.000,00. Uma das pessoas da família, a tia de Pedro, trabalha por conta própria com vendas e por isso, sua renda varia mês a mês.

Vejamos o orçamento dos meses de abril e maio dessa família:

<i>Mês de Abril</i>	<i>Mês de Maio</i>
<i>Salários: R\$ 3.000,00</i>	<i>Salários: R\$ 2.900,00</i>
<i>Aluguel: R\$ 600,00</i>	<i>Aluguel: R\$ 600,00</i>
<i>Energia elétrica: R\$120,00</i>	<i>Energia elétrica: R\$140,00</i>
<i>Alimentação: R\$ 700,00</i>	<i>Alimentação: R\$ 850,00</i>
<i>Taxa de água: R\$ 90,00</i>	<i>Taxa de água: R\$ 90,00</i>
<i>Celular/internet: R\$ 200,00</i>	<i>Celular/internet: R\$ 200,00</i>
<i>Cartão de Crédito: R\$ 700,00</i>	<i>Cartão de Crédito: R\$ 550,00</i>
<i>Lazer: R\$ 150,00</i>	<i>Lazer: R\$ 150,00</i>
<i>Mesada: R\$ 30,00 (Pedro) e R\$ 5,00 (Caio)</i>	<i>Mesada: R\$ 30,00 (Pedro) e R\$ 5,00 (Caio)</i>
<i>Transporte: R\$ 300,00</i>	<i>Transporte: R\$ 300,00</i>
<i>Saldo: + R\$ 105,00</i>	<i>Saldo: - R\$ 215,00</i>

- *Através da observação do orçamento da família de Pedro nos meses de abril e maio, vamos pensar nas perguntas propostas a seguir:*
 - Dentre os itens listados nos orçamentos, identifique as receitas e despesas mensais e classifique-as em fixas ou variáveis.*

- b) *O que representam os valores +R\$105,00 e – R\$ 215,00 ao final dos orçamentos de abril e maio, respectivamente? Como podemos chegar a esses valores?*
- c) *Quais problemas financeiros vocês identificam no planejamento financeiro familiar?*
- d) *No mês de junho, Caio, irmão mais novo de Pedro, irá participar da festa junina de sua escola. Dessa maneira é previsto um gasto extra no orçamento com a compra de uma blusa xadrez. Como a família pode sanar o saldo negativo no orçamento e conseguir cumprir com esse novo gasto?*
- e) *Por que é importante planejar quando se deseja comprar algo?*
- f) *No início do ano, a Família de Pedro estabeleceu como parte do planejamento financeiro duas ações: não exceder R\$ 700 em despesas com cartão de crédito e, caso o orçamento do mês seja prejudicado, a mesada pode ser suspensa por dois meses consecutivos. Que outras ações podem ser feitas para não prejudicar o orçamento do mês seguinte?*

Alguns alunos apresentaram dificuldades em compreender os conceitos de despesa fixa e despesa variável. Devido à variação dos valores de energia elétrica em abril e maio, os alunos classificaram essa despesa como variável, de forma que retomamos a atividade inicial. Apesar de haver variações no valor, essa despesa permanece constante e, portanto, é considerada uma despesa fixa devido à sua regularidade em um orçamento.

Através da atividade Orçamento doméstico, os alunos obtiveram o valor do saldo mensal de um orçamento financeiro fazendo a diferença entre a soma das receitas e despesas mensais. Um saldo positivo no orçamento indica que o valor total de receitas é maior que o valor total de despesas, o que permite pensar em economizar para um objetivo ou ter algo com o que contar em uma situação imprevista. Por outro lado, um saldo negativo indica que as despesas são maiores que as receitas, sugerindo um plano de ação que reorganize as finanças.

Os grupos não apresentaram dificuldades que os impedisse de realizar em um tempo razoável o cálculo do saldo mensal do orçamento doméstico. Foi um momento de reafirmar a aplicação dos números inteiros nas operações do nosso dia a dia como em um orçamento doméstico. Um grupo apontou que o ideal para um orçamento doméstico é “*que os ganhos sejam maiores que os gastos*”, ou seja, que a receita seja maior que as despesas para “*sobrar mais*”, expressão usada por eles.

Os estudantes refletiram sobre possíveis estratégias para um orçamento familiar adequado, de forma a favorecer a participação de Caio na festa junina da escola e deram uma variedade de opiniões e sugestões sobre essa questão. Alunos do mesmo grupo divergiram de ideias e contribuíram de forma diferente. Houve alunos que sugeriram não adquirir uma blusa nova, mas sim pedir emprestado para evitar novos gastos. Assim como também aqueles que optaram por recorrer ao cartão de crédito, mas optaram por uma blusa de preço mais acessível, uma vez que só usariam a peça na festa junina.

Os estudantes, ao compararem os orçamentos, perceberam que, no mês de maio, a família de Pedro teve gastos maiores que no mês anterior, o que gerou um saldo negativo que deve afetar o mês seguinte. Os estudantes questionaram alguns valores apresentados no orçamento, como o valor gasto com celular e internet. Segundo eles, não se gasta "tudo isso". A mediação foi importante para que os estudantes compreendessem que existem diferentes realidades, tornando a aplicação de Educação Financeira única em cada caso.

A maioria dos estudantes disse que a alimentação é uma das maiores despesas fixas em suas famílias, uma vez que os preços nos supermercados estão constantemente aumentando, o que levou ao conceito superficial de inflação.

Os alunos através da comparação entre os orçamentos notaram que no mês de maio a família de Pedro apresentou gastos maiores que no mês anterior, o que gerou um saldo negativo que deve impactar o próximo mês da família.

Os alunos também reforçaram que, antes de ir ao supermercado, é importante listar o que realmente é necessário para diminuir gastos que não devem ser considerados naquele momento. Alguns afirmaram que é vantajoso aproveitar ofertas de produtos que não estão na lista, pois isso geraria economia no futuro. Essa ideia gerou uma discussão ampla. Alguns alunos perceberam a realidade de uma pessoa não ter dinheiro para arcar com essa prática.

Essa ideia provocou uma ampla discussão. Alguns alunos dimensionaram a realidade de uma pessoa não possuir o dinheiro para arcar com essa prática.

Os alunos refletiram sobre possíveis estratégias para um orçamento familiar adequado de modo a favorecer a participação de Caio na festa junina da escola.

Os alunos apresentaram diversas contribuições para ações que pudessem diminuir os gastos do orçamento. Os alunos mostraram-se envolvidos e, em alguns momentos, apresentaram suas contribuições individuais sobre esses temas. Uma estudante relatou, por exemplo, que a conta de energia na residência onde morou por um período apresentava um custo elevado. Dessa forma, adotou-se uma estratégia familiar de compartilhar o mesmo espaço na residência. Ao aplicar essa sequência didática, percebemos que, ao abordar questões financeiras, é preciso ter cautela ao considerar a realidade social dos estudantes, de tal forma que é importante acolher cada ideia apresentada.

Durante a mediação coletiva, foi relevante refletir sobre a evidência de que a Família de Pedro não destina um valor significativo para despesas inesperadas ou extras, além de não ter o hábito de poupar valores ao longo dos meses. Em grupo, discutimos a relevância de analisar essas circunstâncias em um orçamento familiar e as consequências que essas medidas podem trazer para a família ao longo do tempo. É importante salientar que nem sempre a renda familiar mensal é a mesma mensalmente, uma vez que foi mencionado no enunciado que uma das pessoas não tem uma renda fixa. É essencial ter em mente que cada família tem a sua própria realidade e considerar que a receita mensal pode variar de mês em mês.

Nessa atividade, os estudantes perceberam que, por um orçamento doméstico, analisamos de forma mais clara como o dinheiro adquirido está sendo usado. Ao examinarmos o orçamento, podemos ter uma visão das despesas e dos possíveis ajustes que precisamos fazer para atingir nossos objetivos e até mesmo estabelecer medidas que aumentem a receita: trabalho extra, venda de algum bem, economizar em alguns aspectos (ideias apresentadas pelos grupos participantes).

É fundamental elaborar um orçamento contendo os itens e seus respectivos valores, a fim de ter uma ideia exata do valor que precisamos disponibilizá-lo no mês em questão. Um plano financeiro deve ser considerado não apenas quando as finanças estão desalinhadas, mas como um suporte para uma vida financeira organizada, permitindo que as realizações pessoais sejam atingidas sem prejudicar o equilíbrio financeiro.

Dessa forma, compreendemos a prática de planejar financeiramente como um conjunto de atitudes que nos ajudam a planejar nossas finanças de acordo com objetivos estabelecidos, sejam eles individuais ou coletivos.

❖ ATIVIDADE 3: SALÁRIO MÍNIMO, VOCÊ SABE O QUE É?

Objetivos da atividade:

- Apresentar aos alunos o conceito da expressão salário mínimo conhecida no dia a dia relacionando o contexto histórico de sua criação.
- Aferir a capacidade de argumentação dos alunos de modo que relacionem os questionamentos ao contexto social em que estão inseridos.

Desenvolvimento da atividade:

Ao final do encontro anterior, os alunos receberam cópia contendo um texto de apoio “Salário mínimo, você sabe o que é?” que explica o significado da expressão “salário mínimo”, juntamente com as questões trabalhadas em grupo, de modo que pudessem fazer uma leitura prévia em casa. Os alunos foram orientados sobre a possibilidade de compartilhar essa leitura com sua família, se tivessem oportunidade.

Após a leitura do artigo 1 da lei n.º 185, de 14 de janeiro de 1936, que instituiu o salário mínimo no Brasil, estabelecendo que seu valor deve ser suficiente para suprir as necessidades básicas de um cidadão, iniciamos as discussões com os grupos de alunos para que pudessem expressar suas opiniões e argumentos que pudessem demonstrar se o valor garante ou não a manutenção diária de uma pessoa.

Em seguida, cada grupo deveria escolher uma classe de político e de trabalhador comum, pesquisando (no celular) o valor dos seus salários e das suas funções. Após uma discussão crítica sobre as pesquisas, o resultado foi apresentado à toda turma.

Texto de apoio:

Salário mínimo, você sabe o que é?

O salário mínimo é previsto por lei. É definido como menor valor que um trabalhador pode receber em suas relações de trabalho. Este salário é definido pelo Governo e é válido em todo território nacional. Cada país possui regras próprias para definição do valor de salário mínimo.

O salário mínimo foi instituído no Brasil nos idos de 1930 com a promulgação da lei n.º 185 de 14 de janeiro de 1936 no Governo de Getúlio Vargas.

O Salário mínimo vigente em julho de 2023 no estado do Rio de Janeiro é no valor de R\$ 1.320,00.

O salário mínimo é reajustado anualmente e deve manter o poder de compra do trabalhador com suas despesas básicas. O cálculo deve considerar a inflação do ano anterior somado ao resultado do Produto Interno Bruto (PIB).

O PIB é um indicador econômico definido como a soma de todos os bens e serviços produzidos em uma área geográfica em um determinado período. Sendo assim, o PIB aponta um diagnóstico onde podemos evidenciar o crescimento ou não da economia por setores. Devido a isso pode haver variação do valor do salário mínimo de região para região.

Texto de apoio:

Art. 1º Todo trabalhador tem direito, em pagamento do serviço prestando, num salário mínimo capaz de satisfazer, em determinada região do País e em determinada época, das suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. (BRASIL, 1936)

a) Com base no valor atual do salário mínimo, você considera que é suficiente para suprir as necessidades básicas de uma pessoa em termos de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, conforme propõe a lei? Considere a pergunta no caso em que muitas pessoas que recebem um salário mínimo são responsáveis pela manutenção de sua família.

b) Por meio de seus telefones celulares, busquem informações sobre o valor atual do salário de um parlamentar e de um trabalhador comum, bem como suas atribuições. Quais foram as suas impressões a respeito dos resultados obtidos na pesquisa?

c) Em 2022, o valor do salário mínimo era de R\$ 1.302,00. Em maio de 2023, houve um reajuste no valor do salário mínimo, passando para R\$ 1.320,00. Qual o percentual de aumento do valor do salário mínimo em relação ao valor de 2022?

Os alunos afirmaram já terem ouvido com alguma frequência o termo salário mínimo, pois é uma expressão reconhecida no dia a dia, porém muitos não sabiam informações práticas sobre o salário mínimo no Brasil.

Houve um momento de agitação na turma com a questão do valor do salário mínimo ser capaz de suprir as necessidades de uma pessoa, por haver discordância de ideias. Houve grupos que julgaram o valor insuficiente para suprir diversas necessidades, bem como alguns alunos que julgaram o valor suficiente para suprir as necessidades, argumentando que muitas pessoas recebem um salário mínimo como sua única renda e “vivem”. Os estudantes que divergem dessa opinião tiveram suas emoções expostas de forma clara ao demonstrarem que as pessoas não deveriam viver de forma satisfatória, tendo que se privar de diversas necessidades básicas. Houve discussões relevantes neste momento, apesar de cada participante não ter se pronunciado sem a interferência de outros estudantes. A intervenção do professor foi necessária devido à desordem que se instalou na sala de aula, mas, após uma conversa e de forma a retomar o acordo firmado de trabalho cooperativo, cada grupo concordou em ouvir os outros, mesmo que haja divergências de ideias. Um grupo de alunos discutiu suas ideias, mostrando possíveis itens de um orçamento doméstico, comparando-as com o visto na atividade anterior. (ver figura 6).

Em relação à pesquisa salarial de cargos políticos e de trabalhadores comuns, foi notório que os alunos já tinham conhecimento da diferença salarial entre parlamentares, mas a dinâmica era que cada grupo trouxesse uma pesquisa com números que apresentassem valores reais a partir da análise da realidade. A associação foi imediata em relação ao valor do salário mínimo e os alunos questionaram a respeito dessa diferença. Os alunos buscaram quais funções os parlamentares exercem para receber os valores pesquisados. Além disso, discutiram os benefícios que estão presentes nos valores salariais dessa esfera. Os alunos estenderam a pesquisa para incluir a escolaridade exigida para exercer um cargo parlamentar. De modo a comparar as exigências de formação que cidadãos comuns têm enfrentado ao procurar uma colocação de trabalho.

Em relação ao último item da atividade sobre o salário mínimo, para calcular o reajuste do salário mínimo em 2023 em relação ao ano anterior, os alunos apresentaram dificuldades. Muitos apenas chegaram à primeira etapa encontrando a diferença, em reais, dos valores de um ano para outro, não conseguindo evoluir seus cálculos para percentuais. Sendo assim, antes de calcular o aumento percentual, apresentamos à turma os conceitos básicos de porcentagem visando aprimorar a compreensão. Para auxiliá-los nesta tarefa que faz parte da sequência didática, revisamos esses conceitos, apresentando a ideia de razão como a comparação de dois números.

ETAPA 2: O HÁBITO DE POUPAR

As próximas atividades pretendem iniciar as ações de poupar e economizar que fazem parte de um plano financeiro. O hábito de poupar traz muitos benefícios tanto para o presente quanto para o futuro sobre a importância de uma rede de segurança financeira que pode ajudar em situações inesperadas, como emergências médicas ou consertos domésticos. Além disso, poupar regularmente nos prepara para alcançar objetivos maiores, como viajar, comprar um bem ou investir em algo. Poupar também nos ensina a ser mais disciplinados e responsáveis com nosso dinheiro. Ao promover essas atividades, estamos preparando os alunos para se tornarem consumidores conscientes e responsáveis. Isso os capacita a tomar decisões informadas sobre seus gastos e a planejar melhor suas finanças, habilidades essenciais para a vida adulta. As atividades visam que os estudantes saibam diferenciar desejos e necessidades, e entender como pequenas economias diárias podem resultar em grandes poupanças no futuro.

❖ ATIVIDADE 4: QUAIS SÃO SEUS SONHOS?

Objetivos da atividade:

- Estimular os alunos a refletirem sobre a importância de se tomar decisões conscientes para a realização de um projeto, como a aquisição de um bem.
- Considerar o fator tempo no planejamento financeiro (objetivos de curto, médio e longo prazo).

- Relacionar o hábito de poupar para realizar sonhos.

Desenvolvimento da atividade:

Os alunos receberam uma cópia do material contendo o texto de apoio “Tempo x sonhos” junto às questões que seriam respondidas por cada um e os resultados apresentados para a turma.

Texto de apoio:

Tempo x sonhos

A realização de um sonho de forma planejada pode gerar um resultado mais satisfatório. É importante que cada pessoa tenha objetivos, não só de consumo, mas também pessoais e profissionais. Em qualquer objetivo, devemos considerar o tempo necessário para sua realização. Alguns desejos demandam mais tempo para a realização que outros, uma vez que para serem realizados, vários fatores estão envolvidos. Sendo assim, devemos considerar o fator tempo, quando falamos em Educação Financeira.

Quando nos deparamos com uma perspectiva de futuro e pensamos em finanças se faz necessário que nossos objetivos sejam claros e possíveis de serem atingidos. Estabelecendo um prazo, uma data, por exemplo, para podermos alcançá-los, por mérito de nosso esforço, em conjunto a um planejamento bem adequado à nossa realidade.

Quando falamos em planejamento financeiro familiar é necessário haver comprometimento entre todos os envolvidos, diálogo para que as metas sejam atingidas.

Nossos objetivos devem nos desafiar e serem possíveis de realização, a fim de que não se torne uma utopia, e sim algo que sairá de nossa imaginação para o mundo real. Sendo assim é importante que tenhamos coerência ao planejar e desse modo evitar lidar com a frustração caso não alcancemos a meta devido à falta de condições financeiras e emocionais. Dessa forma, torna-se essencial a clareza dos nossos objetivos.

O alcance de objetivos deve ser fruto do nosso conhecimento e trabalho, sendo inaceitável a conquista por meio de fraudes e atitudes ilícitas. A previsão do tempo necessário para atingir objetivos é importante e aumenta as chances de êxito financeira.

- *Conheça os prazos para objetivos de curto, médio e longo prazo que podem nos ajudar a planejar nossos objetivos:*

Objetivos de curto prazo: São atingidos em no máximo 2 anos.

São exemplos: Fazer cursos para melhorar seu currículo, organizar uma festa de aniversário.

Objetivos de médio prazo: Entre 2 e 5 anos.

Exemplos: trocar ou comprar um carro, alcançar uma promoção.

Objetivos de longo prazo: Para serem atingidos em mais de 5 anos.

Por exemplo, ter uma casa própria e ser independente financeiramente.

- *Após tomar conhecimento sobre o tempo que determina objetivos de curto, médio e longo prazo, crie projetos pessoais que estejam dentro de cada classificação temporal.*

Os estudantes demonstraram compreensão acerca das classificações de tempo de curto, médio e longo prazo, além de apresentarem diferentes propostas de projetos pessoais para cada uma dessas categorias temporais, conforme ilustrado na figura 8. Além disso, os alunos mostraram-se otimistas para que os objetivos que descreveram possam ser atingidos em sua vida.

A maioria dos estudantes mencionou como objetivo de longo prazo a capacidade financeira de auxiliar suas famílias, por exemplo, adquirindo um imóvel para mãe ou comprando um automóvel para o pai, foram um dos projetos mais destacados entre os estudantes.

❖ ATIVIDADE 5: PROPORÇÃO COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO

Objetivos da atividade:

- Construir a ideia de valor do dinheiro através da comparação do valor de um item de consumo com o valor do salário mínimo.

Desenvolvimento da atividade:

Os estudantes deveriam escolher um produto de consumo e realizar uma pesquisa no celular sobre o valor atual do produto escolhido. Com base nessa pesquisa, os estudantes deveriam realizar cálculos que pudessem responder à seguinte pergunta: quantos salários mínimos seriam necessários para realizar o seu desejo de consumo?

Essa atividade está sendo reescrita de acordo com uma das propostas do Programa Aprender Valor para que os estudantes possam reconhecer o valor do dinheiro. Por considerar valores reais na tarefa, os alunos podem ter uma compreensão mais clara sobre o valor financeiro real de seu objeto de desejo.

Os alunos apresentaram respostas variadas dentro do universo de consumo, como: celular, tablet, caixa de som, TV, videogame, computador, tênis, bicicleta, patins, passeio, viagem para visitar um familiar, festa de 15 anos, roupa para festa.

Nessa atividade, retomamos o tema do salário mínimo e aprofundamos a discussão com os cálculos estimados de quantos salários mínimos seriam necessários para realizar a compra do item de consumo escolhido por cada aluno. A Educação Financeira está relacionada à aplicação de conteúdos matemáticos, como a regra de três simples, a proporcionalidade e a razão.

❖ ATIVIDADE 6: FRAÇÕES DE UMA QUANTIDADE EM UMA PERSPECTIVA DE ECONOMIA

Objetivos da atividade:

- Incentivar a ideia de poupar uma quantia de modo que isso se torne um hábito.
- Considerar a importância do fator tempo para o planejamento financeiro.
- Verificar os conteúdos de quantidades em frações.

Desenvolvimento da atividade:

Considerando o valor de um salário mínimo, os estudantes deveriam calcular quanto poderiam poupar usando frações, ou seja, relacionando a ideia de parte-todo, em que uma parte deveria ser usada para fins de economia.

Durante essa atividade, queríamos que os alunos pensassem sobre a relação tempo e sacrifício, ou seja, ao economizar mais (uma quantia maior) levará menos tempo para atingir um objetivo. Além disso, é importante ter clareza de quais concessões e privações uma pessoa se dispõe a fazer em sua vida para poder poupar uma quantia mensalmente. As discussões foram centradas nas dificuldades que surgem em um orçamento que dificultam o hábito de guardar dinheiro.

Dado que o objetivo da atividade era abordar ações para economizar, fizemos uma abordagem sobre poupança, não somente como guardar dinheiro, mas também como uma forma de aumentar o valor do dinheiro, mediante o acréscimo de juros, tornando-o um investimento.

Conversamos com os alunos que é importante estudar sobre oportunidades, obtendo conhecimento de recursos para esse fim. Com o aprimoramento do conhecimento em Educação Financeira, é possível aprender a otimizar as economias.

Esta atividade promoveu um diálogo sobre o hábito de poupar, que pode surgir por meio de economias, privação de bens de consumo, autoconsciência e tomada de decisões responsável. Os alunos concluíram que é uma prática complexa para uma grande parte de pessoas, uma vez que algumas colocam os seus desejos imediatos acima dos pensamentos futuros de uma qualidade de vida.

ETAPA 3: PROJEÇÃO DE FUTURO

É essencial para a formação do aluno compreender questões e elementos da realidade que podem fazer parte de sua trajetória.

As atividades finais têm como objetivo que o estudante aprenda sobre leis trabalhistas, incluindo direitos, deveres e condições justas de trabalho. Que os estudantes tenham clareza de como ler e interpretar um contracheque é fundamental para entender a própria remuneração, descontos e benefícios. Isto contribui para a gestão financeira pessoal e para a prevenção de surpresas indesejáveis em relação ao pagamento.

Apresentar aos estudantes o assunto de educação fiscal, compreender como funciona o imposto de renda auxilia na preparação para obrigações fiscais futuras.

Estas atividades visam não somente preparar para a vida adulta, mas também encorajar uma postura crítica e responsável em relação aos direitos e deveres como cidadãos.

❖ ATIVIDADE 7: UM OLHAR PARA O MERCADO DE TRABALHO

Objetivos da atividade:

- Inserir os temas atuais de trabalho, Educação Financeira e Educação Fiscal nas atividades para aumentar o conhecimento dos alunos.
- Fornecer aos estudantes informações sobre trabalho, suas características e diferentes modalidades.

Desenvolvimento da atividade:

Apresentamos os tópicos da atividade: Um olhar para o mercado em três encontros distintos, para que o processo seja gradual, para aumentar a capacidade de aprendizado e assimilação dos conceitos apresentados.

- 1º momento

Os alunos receberam, simultaneamente, uma primeira listagem com as palavras: piso salarial, teto salarial, FGTS, aposentadoria e uma segunda listagem contendo seus significados, não na mesma ordem. Os alunos, em colaboração uns com os outros, relacionavam a palavra a seu respectivo significado a fim de se apropriarem do vocabulário de palavras específicas de temas atuais relacionados entre si: Educação Financeira, Trabalho e Educação Fiscal. De modo que, os alunos deveriam buscar a associação conforme descrito a seguir:

1. PISO SALARIAL: Valor mínimo do salário que pode ser pago a um empregado em uma categoria específica em determinada região.

2. TETO SALARIAL: Representa o valor mais alto pago como remuneração para uma categoria.

3. INSS: Sigla de Instituto Nacional do Seguro Social, é responsável pelo pagamento da aposentadoria e outros benefícios previdenciários previstos no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) aos trabalhadores brasileiros e demais segurados, microempreendedores individuais e contribuintes individuais.

4. FGTS: É o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e funciona visando proteção ao trabalhador para formar um patrimônio. O FGTS não é descontado diretamente do salário do trabalhador. É o empregador quem deposita esse valor que equivale a 8% do valor do salário pago ao trabalhador.

5. APOSENTADORIA: Refere-se ao período em que uma pessoa está afastada de suas funções trabalhistas. É um benefício financeiro concedido pela Previdência Social ao trabalhador segurado.

- 2º momento:

Os alunos receberam uma cópia do texto de apoio "CLT e MEI: você sabe o que é?", onde apresentamos as características dessas formas de trabalho que estão em vigor atualmente em nossa sociedade. Dessa forma, apresentamos uma breve introdução às siglas MEI e CLT que dizem respeito ao mundo do trabalho, para auxiliar o aluno a compreender melhor a vida em sociedade.

Texto de apoio:

CLT e MEI: você sabe o que é?

Você já deve ter ouvido que uma pessoa conseguiu um emprego de carteira assinada, certo? A carteira assinada é a carteira de Trabalho e Previdência Social na qual a pessoa que contrata seu serviço é responsável pela assinatura. Nesse documento consta todas as atividades remuneradas do trabalhador de modo a ser um histórico da vida profissional do cidadão.

CLT é a sigla para Consolidação das Leis do Trabalho. Um trabalhador contratado na modalidade CLT tem seu emprego caracterizado como formal com carteira assinada e dessa maneira o trabalhador tem direitos a benefícios que o ampara como FGTS, 13º salário, férias, vale-transporte, seguro desemprego em caso de demissão. Quem trabalha na modalidade CLT é filiado à previdência social e uma parte definida do valor de seu salário vai direto para o INSS. O INSS beneficia quem trabalha por conta própria, para isso o cidadão precisa se inscrever e contribuir todos os meses com o INSS para ter direito aos benefícios previdenciários.

MEI: Sigla para Microempreendedor individual. É uma modalidade regulamentada por lei específica e tem como propósito facilitar a formalização das atividades de quem trabalha de maneira autônoma.

- 3º momento:

Apresentamos aos alunos, através da tabela abaixo, as diferenças entre os benefícios de insalubridade e periculosidade que alguns trabalhos oferecem. Os alunos pesquisaram em seus celulares quais categorias de funções e serviços podem ser associados para receber adicionais de insalubridade e periculosidade.

Insalubridade x Periculosidade

Você sabia que alguns tipos de trabalho garantem ao trabalhador benefícios como insalubridade e periculosidade.

Esses adicionais financeiros são amparados por lei e são agregados ao salário do funcionário e apresentam um caráter compensatório em relação ao risco no exercício de sua atividade de trabalho.

<i>INSALUBRIDADE: afeta a saúde do trabalhador</i>	<i>PERICULOSIDADE: oferece risco de vida</i>
<i>Ruídos constantes ou intermitentes acima do tolerável</i>	<i>Exposição permanente a inflamáveis e explosivos</i>
<i>Exposição ao sol e frio constantes</i>	<i>Exposição a roubos</i>
<i>Contato com agentes químicos e biológicos</i>	<i>Contato com energia elétrica</i>

Tabela 1: insalubridade x periculosidade
(Fonte: NR15, Portaria 3.214/78)

Procuramos incentivar os estudantes a refletirem sobre as questões apresentadas com perguntas como: você conhece alguém que administra o seu próprio negócio? É importante ter consciência de que algumas pessoas trabalham sem vínculo com uma empresa, e é possível que você já tenha conhecido alguém que esteja nessa situação, já que essa é uma realidade comum a muitos brasileiros. Dessa forma, procuramos transmitir aos alunos informações sobre indivíduos que possuem "seu próprio negócio", de modo a estimular discussões sobre a ação de empreender e de ser um MEI.

Seguindo as discussões perguntamos aos alunos: se eles achavam fácil trabalhar para si? Todos têm a oportunidade de administrar o próprio negócio? Foram feitas essas perguntas para que pudessem refletir sobre as facilidades e dificuldades presentes nessa forma de trabalho.

Informamos aos alunos que existem outros tipos de vínculos trabalhistas: contrato temporário, concurso público, contrato de trabalho PJ (Pessoa Jurídica) e cada um segue normas distintas e é regido por leis específicas.

É importante ter essas informações para que, em algum momento, o nosso aluno possa lidar diretamente com essas questões de forma mais consciente.

No que diz respeito à atividade que mostra as diferenças entre insalubridade e periculosidade, os meninos participantes demonstraram maior envolvimento pela pesquisa das funções que se encaixam nesses adicionais e mostraram conhecer pessoas que trabalham nessa categoria.

❖ ATIVIDADE 8: CONTRACHEQUE: O QUE É?

Objetivos da atividade:

- Compreender como os descontos em um contracheque são feitos e que o estudante tenha condições de fazer uma verificação do que lhe é apresentado mensalmente.

Desenvolvimento da atividade:

Os estudantes receberam uma cópia do texto de apoio “Contracheque: o que é?” contendo um modelo de contracheque com diversas informações, como o valor do vale-transporte depositado e o desconto referente à contribuição do FGTS. Após os alunos serem informados sobre os percentuais desses

descontos em relação ao salário base recebido, foi solicitado que verificassem se esses descontos estavam corretos.

Texto de apoio:

Contracheque: o que é?

É um documento descritivo do salário de um trabalhador, nele estão contidas informações detalhadas sobre ganhos (vencimentos) e descontos.

Vamos supor que você, estudante, esteja trabalhando e que seu contracheque do mês esteja representado abaixo. É fundamental compreender como os descontos são concedidos e ter a capacidade de verificar o que é fornecido mensalmente.

Veja o contracheque (recibo de pagamento) de Ana Clara para o mês de maio. Ela trabalha no setor administrativo de uma empresa.

Iremos explicar o funcionamento de alguns itens para que você possa realizar uma verificação dos valores apresentados.

Sucesso LTDA, Rua 100, Centro, RJ
CNPJ: 123406001/56

Mês de Referência
mai/23

Matrícula	Nome do Funcionário	Cargo	Empresa	Local	Depto	Setor	Seção / Folha
1	Ana Clara Santos	Aux. Adm	1	RJ	Comercial	0	12 / 122

Código	Descrição	Vencimentos	Descontos
001	SALÁRIO-BASE	R\$2.180,00	
002	VALE TRANSPORTE	R\$220,00	R\$130,80
003	VALE REFEIÇÃO	R\$462,00	R\$92,40
004	HORAS EXTRAS		
005	INSS		R\$176,40
006	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE		R\$43,02

Banco	001-BANCO A	Total de Vencimentos	Total de Descontos
Agência	11 C/C: 223344	R\$ 2.862,00	R\$ 442,62

Valor Líquido
R\$2.419,38

Salário Base	Sal. Contr. INSS	FGTS do Mês	Base Cál. IRRF	Faixa IRRF
R\$2.180,00	R\$176,40	R\$174,40	R\$2.685,60	7,5%

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA
LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

DATA
____/____/____

ASSINATURA DO EMPREGADO

Figura 1: Modelo de contracheque
(Fonte: o autor)

a) O valor de FGTS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, corresponde a qual percentual do salário base? Faça a verificação do valor apresentado em FGTS do Mês no contracheque (recibo de pagamento).

Para o início dessa atividade, retomamos o vocabulário apresentado aos alunos no início da atividade 7, que se refere à sigla FGTS, que é uma contribuição de 8% do valor do salário pago ao trabalhador. Aplicamos os cálculos necessários para verificar o valor mostrado no modelo de contracheque.

Como um facilitador na compreensão, os alunos foram orientados a pensar em como dividir o salário base R\$ 2.180 em partes iguais, como fizemos na atividade 6, usando a ideia de representação gráfica de frações.

b) Ana Clara gasta R\$ 10,00 por dia para ir e vir do seu trabalho. Levando em conta que o empregador pode descontar até 6% do salário base do funcionário

para conceder o vale-transporte e que Ana trabalhou 22 dias em maio, verifique se o valor depositado em seu contracheque referente ao vale-transporte está correto.

Os alunos afirmaram que nunca haviam visto um modelo de contracheque, apesar de saberem a função de um contracheque. Além disso, os alunos mostraram interesse em aprender a fazer a verificação dos descontos para que tivessem meios de contestar sobre qualquer erro cometido pela empresa.

Os estudantes expressaram suas opiniões quanto ao fato de que, sem ter conhecimento exato do percentual descontado, é possível serem apresentados valores divergentes do devido. Dessa forma, perceberam que a atividade tinha como objetivo que tivessem as ferramentas necessárias para verificar os seus direitos e não serem lesados em seus pagamentos.

A maioria dos grupos de alunos concluíram com êxito os cálculos do item FGTS no mês. Os alunos afirmaram que as atividades anteriores facilitaram a compreensão, permitindo que pudessem concluir a tarefa.

Os alunos comentaram que, possivelmente, muitas pessoas não devem conferir os seus contracheques por desconhecerem a legislação que determina os percentuais de desconto, bem como por não terem domínio de cálculos.

Em complementação à atividade de verificações de descontos em um contracheque, apresentamos o conceito de imposto retido na fonte (IRRF). Esta etapa foi desenvolvida pelo professor junto à turma, usando o modelo de contracheque da atividade anterior, seguindo a mediação descrita a seguir nas etapas de análise de cada tabela e seu respectivo cálculo, uma vez que consideramos o processo complexo para que os alunos buscassem a solução sem auxílio.

5. DISCUSSÃO DA PESQUISA COM GRUPO DE PROFESSORES

A dissertação que deu origem ao presente trabalho, surgiu a ideia de o tema aqui tratado estar relacionado não somente a alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, mas também a professores em atividade docente. De modo que pensamos em levar a proposta deste projeto de Educação Financeira escolar para discussão com um grupo de educadores.

A mostra escolhida para esta etapa contou com a participação de 15 professores/alunos do Curso de Especialização Saberes e Práticas da Educação Básica (CESPEB) da Faculdade de Educação da UFRJ, que atuam como professores da Educação Básica. Estes professores atuam na educação básica em diferentes componentes curriculares no estado do Rio de Janeiro. Saliento que nenhum dos professores participantes lecionava a disciplina de Matemática.

A natureza da apresentação se deu de forma expositiva em uma roda de conversa mediada pela professora orientadora do presente trabalho. A apresentação se deu como um momento de escuta colaborativa entre as partes envolvidas, já que os participantes podiam participar quando quisessem do processo de exposição dos conceitos. Esse momento contribuiu de forma significativa para a pesquisa, uma vez que permitiu a percepção do olhar de diferentes profissionais do ensino sobre o desenvolvimento da sequência

didática proposta nesta pesquisa e o tema Educação Financeira e suas nuances dentro da escola.

Com o apoio de slides, a exposição do trabalho em Educação Financeira ao grupo de professores teve cerca de 2 horas de duração. O conteúdo apresentado foi adaptado para este tempo de apresentação, onde pudéssemos mostrar os principais pontos de pesquisa e analisar uma das atividades da sequência didática com os professores.

Em primeiro lugar, apresentamos aos professores as motivações que me levaram a buscar mais sobre o tema da Educação Financeira escolar, o que resultou das ideias apresentadas na introdução deste trabalho. De modo a evidenciar a responsabilidade que, em geral, é atribuída à escola/professores em relação aos conteúdos propostos para aprendizagem, o que se traduz por uma crítica em relação ao que é ensinado em detrimento de outros temas em evidência.

Durante a conversa com o grupo de professores, uma das integrantes expressou sua opinião sobre a inclusão desse tópico na sala de aula, estabelecer conexão com a realidade socioeconômica dos alunos envolvidos na pesquisa. A docente que participou expôs a dificuldade em transmitir esse conhecimento aos estudantes da rede pública devido à situação em que alguns deles estão inseridos. Ao que parece, há uma distância entre o tema da Educação Financeira e o contexto em que os estudantes e seus familiares vivem, no qual muitos sobrevivem com recursos limitados. Dessa forma, um dos objetivos da atuação é levar os conhecimentos em Educação Financeira para a escola e poder aproximar as pessoas dessas questões de cidadania. É esperado que, ao mostrar a possibilidade de conhecer mais sobre Educação Financeira para pessoas menos favorecidas economicamente, que seja lançada uma semente com condições de germinar em uma construção social que mostre diferentes pensamentos ao lidar com dinheiro e práticas na vida futura. Conforme exposto durante a pesquisa, é necessário desmistificar a ideia de que esse assunto é restrito a indivíduos com condições financeiras mais favoráveis. A escola é um espaço democrático, sendo palco do saber de diferentes realidades.

Em um segundo momento, discutimos as diretrizes fornecidas pela BNCC em relação aos assuntos transversais, especialmente em relação à abordagem em Educação Financeira que integra os diversos componentes curriculares. Um dos professores participantes expressou sua opinião de que a Matemática foi muito bem contemplada no documento BNCC em relação aos temas transversais, já que, em sua opinião, a disciplina dialoga com mais facilidade a esses temas que nos demais componentes curriculares. Esse professor afirmou que em seu componente curricular de História encontrava um pouco mais de dificuldade em adentrar ao universo de temas como a Educação Financeira.

Em um terceiro momento, houve um breve relato de parte das atividades que integraram a sequência didática aplicada e como foram as devidas aplicações com o grupo de alunos. Nessa etapa pude mostrar sobre a construção gradual na apresentação dos conceitos em Educação Financeira aos alunos, uma vez que as atividades se deram com aulas consecutivas em forma de projeto. Ao tomarem conhecimento da atividade sobre o salário mínimo, os professores teceram uma série de comentários a respeito da conexão do tema com a realidade. Os professores que lecionavam no período noturno de jovens e adultos (EJA) comentaram sobre a possibilidade de discutir o tema em suas turmas como uma boa oportunidade de fornecer aos alunos informações úteis

que fazem parte da vida social de muitos deles. Os professores enfatizaram a necessidade crescente de aproximação de conteúdos reais, que, de acordo com eles, devem estar presentes na sala de aula.

Uma das professoras, contribuiu através de sua experiência pessoal em seu exercício docente, ao aconselhar para que eu pudesse acrescentar ao percurso da atividade sobre o salário mínimo, atividades que estivessem ligadas às leis trabalhistas e imposto de renda, que, segundo ela, são temas relevantes em importância de serem transmitidos aos alunos. Em suma, ela classificou esses tópicos como “coisa que todo mundo precisa saber” e que, muitas vezes, não têm conhecimento prático. A professora participante relatou que, em uma das suas aulas de educação de jovens e adultos, passou informações sobre as leis trabalhistas, mais especificamente, sobre a carteira de trabalho, e percebeu que havia uma aluna que trabalhava em casa de família e não tinha o seu direito reconhecido, o que ainda é uma prática na sociedade atual. Dessa forma, aumentamos a discussão sobre o papel da escola em proporcionar aos alunos um conhecimento de cidadania que os torne conscientes e capazes de modificar a realidade em que estão inseridos. O debate com o grupo de professores foi ganhando fluidez e aconteceram diversas interrupções com contribuições, comentários, opiniões e falas que complementaram o assunto que estava sendo tratado.

Também foi tema de nosso debate o uso do cartão de crédito, que é uma forma de pagamento bastante comum e, muitas pessoas acabam contraindo dívidas com o uso recorrente. Os professores presentes disseram que esse tema estava diretamente ligado à vida deles e que estava sendo positivo aquele momento de troca. Uma professora se sentiu à vontade para compartilhar sua experiência em relação ao uso dessa linha de crédito, que se tornou um hábito para ela ao realizar diversas compras de produtos de consumo. A participante se identificou como consumista e com dificuldades para se desvencilhar de compras e parcelas. A docente disse, ainda, que fazia uso simultâneo de mais de um cartão de crédito, o que já foi motivo para permanecer com alguns débitos. Agora, houve uma diminuição no número de cartões de crédito de que dispõe, como forma de ter um melhor controle de suas compras parceladas.

Uma professora sentiu se confortável em partilhar de sua vivência quanto ao uso dessa linha de crédito e que para ela se tornou um hábito quando deseja fazer variadas compras de itens de consumo. Essa participante se autodenominou como consumista e com dificuldade em se desvencilhar de compras e parcelas. A professora disse, ainda, que fazia uso simultâneo de mais de um cartão de crédito, o que já foi motivo para permanecer com alguns débitos e, agora, houve uma redução do número de cartões de crédito de que dispõe como maneira de ter melhor controle de suas compras parceladas.

A experiência compartilhada contribuiu para nossa conversa sobre Educação Financeira, que está intimamente ligada a comportamentos e atitudes. O tema do consumo foi introduzido e demonstrou como é difícil manter o controle sobre nossa vontade de adquirir produtos e serviços em algumas situações. Dessa forma, relacionamos a Educação Financeira com o fator emocional, uma vez que criar hábitos saudáveis de consumo requer consciência, autocontrole e persistência.

Uma participante apresentou uma situação pessoal em relação ao uso de seu cartão de crédito quanto ao pagamento com atraso de uma fatura. Ela

afirmou sobre sua falta de conhecimento sobre o parcelamento do valor da fatura e juros embutidos nessa ação que muitas instituições financeiras aplicam em condições de pagamentos feitos com atraso. A participante apresentou um questionamento sobre a legalidade dessa operação em faturas com atraso. Ela buscou informações ligando para a central de atendimento da instituição relacionada ao seu cartão de crédito e pôde compreender que se tratava de uma ação automática, inclusive, consta na fatura abaixo do valor total para pagamento. Ao “colocar na ponta do lápis”, expressão usada pela participante se referindo a ação de calcular a diferença entre o valor total da fatura e o número de parcelas estipulado no parcelamento, percebeu, com surpresa, o valor abusivo que cobrado de juros.

Assim, abordamos a falta de informações sobre o uso de formas de pagamento, como o cartão de crédito, e como muitos indivíduos comuns sofrem de desinformação em relação a esse tipo de conhecimento que se enquadra em uma perspectiva de Educação Financeira. Incluímos em nossa discussão os casos de endividamento e até mesmo inadimplência ocasionados por não conseguir arcar com as despesas do cartão de crédito.

Por último, apresentamos a atividade 8 da sequência didática: “contracheque: o que é?”. As discussões tomaram uma repercussão na qual os professores participantes manifestaram-se ativamente trazendo suas experiências docentes e até mesmo pessoais, o que estendeu o tempo que julgávamos necessário para a troca de saberes. Então, a apresentação da atividade contracheque seguiu de forma diferente da pensada inicialmente, na qual o grupo de professores pudesse examinar com mais tempo a situação-problema na busca da solução. E assim, de forma expositiva, interpretamos as questões coletivamente, passando pelos conceitos matemáticos de porcentagem e fração, pontos de partida da resolução.

Com os professores, pensamos no primeiro item da atividade contracheque: a) O valor de FGTS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, corresponde a qual percentual do salário-base? - que retrata sobre o valor percentual de desconto recolhido pela contribuição de FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Além do método matemático resolutivo, discutimos a questão que costuma acontecer quando o funcionário não tem conhecimento sobre o depósito desses valores pela organização em que trabalha. Uma docente presente nos informou que é possível realizar uma consulta online através do endereço <https://fgts.gov.br>, a fim de assegurar ao empregador informações confiáveis sobre a situação trabalhista.

Em análise do segundo item da atividade: b) “Em relação ao vale-transporte calcular qual percentual é descontado do salário?”, apresentamos os cálculos matemáticos para a solução operacional da questão, assim como ampliamos as reflexões com as informações do valor percentual que pode ser descontado com a aquisição do benefício de vale-transporte. Uma das professoras do grupo levantou a questão de quando há diferença entre o valor do transporte pago pelo funcionário e o valor descontado no contracheque se a empresa arca realmente com a diferença. As discussões se concentraram na obrigatoriedade dos empregadores em relação a essa situação.

Dessa forma, terminamos a apresentação sobre Educação Financeira escolar para o grupo de professores-estudantes em Educação, sendo possível compartilhar uma parte da pesquisa, além de haver uma troca de conhecimentos entre os participantes, com espaço aberto para comunicação e diálogo.

O encontro proporcionou discussões relevantes sobre Educação Financeira para esses docentes em efetivo exercício em sala de aula. Espera-se que os tópicos abordados durante a apresentação sejam um ponto de reflexão para poderem discutir o assunto e incorporar essas questões nas práticas pedagógicas de seus respectivos componentes curriculares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um espaço importante para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a sociedade na qual estão inseridos, logo, esperamos que, ao implementar temas ligados à Educação Financeira nesse espaço, como descrito nessa dissertação, possa ser o sinal de uma mudança coletiva de realidade no que diz respeito ao comportamento financeiro dos brasileiros, marcado pelo endividamento e pela inadimplência. É afirmativo que muitos de nós não tivemos uma instrução escolar sobre formas de olhar para o dinheiro e questões relacionadas a ele com conhecimento de como fazer uso de forma consciente e até mesmo maximizar os recursos disponíveis.

Apresentamos a sequência didática com otimismo de que traga benefícios para a vida dos alunos, uma vez que trará um repertório de conhecimentos que, provavelmente, só terão acesso na fase adulta, devido às necessidades que a vida sugere. Alguns dos conceitos aplicados nas atividades permitem mudanças nas formas de pensar e remodelar atitudes e comportamentos, permitindo que cada aluno aprimore a sua futura relação com o dinheiro e, até mesmo, aplique a aprendizagem para seus familiares.

As atividades de Educação Financeira aplicadas nesta sequência didática tiveram como objetivo despertar reflexões e uma consciência crítica, permitindo que o aluno compreendesse que a premissa de ser educado financeiramente pode contribuir para o bem-estar familiar e pessoal.

Ao longo das discussões, apresentamos que as emoções, o estilo de vida e as condições de ganho são alguns dos fatores que devem ser considerados para compreender o que é possível dentro das condições financeiras da pessoa, além de ter um conhecimento estabelecido que pode ser aplicado nas suas ações de comprar, gastar, investir, poupar, economizar, lidar com imprevistos e mudanças inesperadas.

Não apresentamos aos participantes desta pesquisa o que é certo ou errado nas discussões, mas sim o que é mais adequado em uma proposta que leve em conta os elementos mencionados anteriormente. As experiências dos participantes foram levadas em conta nas discussões das atividades. Durante as discussões, notamos que os participantes contribuíram significativamente, pois se sentiram seguros ao compartilhar suas vivências pessoais.

Buscamos conectar as atividades em Educação Financeira com os conteúdos matemáticos que estão presentes no ano letivo dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, apresentados, por vezes, um pouco distantes da realidade do dia a dia e tratados em problemas fictícios apresentados nos livros didáticos tal como Porcentagem, por exemplo.

É de se saber que enfrentamos alguns obstáculos comuns na sala de aula como falta de motivação dos estudantes em aprender, o desinteresse pelos conteúdos escolares e pela Matemática em particular, pois ela ainda é

considerada difícil e complexa. Quem tem habilidade e aprende é considerado um “gênio”. Embora existam desafios dessa natureza, é importante pensar em maneiras de contribuir para a prática da sala de aula com o propósito de superar essa questão ou ao menos levar condições para que nossos estudantes se sintam parte capaz do processo de ensino. Dessa forma, oferecer aos alunos atividades nos conteúdos curriculares tradicionais, como Matemática, que estão ligadas a um mundo possível, dito real, pretende que o aluno entenda e crie conexões que o aproxime de possibilidades para poder compreender e modificar sua ideia e visão de mundo.

Observando nossa família, desenvolvemos as primeiras ideias básicas sobre dinheiro, ganhos e despesas. Devido à necessidade de nossa vida pessoal, criamos uma identidade de organização financeira que nos é conveniente e que julgamos atender nossas necessidades, mas é necessário questionar: será que temos as ferramentas necessárias para a organização financeira?

Dessa forma, a Educação Financeira está presente na nossa vida e devemos refletir sobre a relevância de iniciativas que incluam tópicos relacionados ao tema em disciplinas no âmbito escolar. Além disso, devemos ter em mente que o incentivo à Educação Financeira na escola não deve ser baseado na expectativa do “ficar rico” e não apenas ligada à habilidade de calcular, mas em uma educação que permita aos estudantes a aquisição de hábitos conscientes em que possam refletir no seu comportamento ao tomar decisões relacionadas ao dinheiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Valdir. **Dinheiro: Instituição social relevante na sociedade moderna.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 1-25

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. **LEI Nº 185, DE 14 DE JANEIRO DE 1936.** Institui as comissões de salário mínimo. Rio de Janeiro, 1936. Coleção de Leis do Brasil - 1936, Página 33 Vol. 1 (Publicação Original)

Banco Central do Brasil - **Relatório de Letramento Financeiro**

Disponível

em: https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/letramento_financeiro acesso em 02/08/2023.

Banco Central do Brasil, **Série Cidadania Financeira: estudos sobre Educação, Proteção e Inclusão.** Edição 8, novembro 2023.

Banco Central do Brasil, FGC, **CP2 – Mensuração do letramento e da inclusão financeira**, 2023.

BARONI, Ana Karina Cancian (orgs.). **Uma abordagem crítica da Educação Financeira na formação do professor de matemática**. Curitiba: Appris, 2021. E-book.

BONA, André – **Finanças na vida real: pague as dívidas, conquiste seus sonhos e garanta uma boa aposentadoria**. 2 ed. São Paulo: Leya Brasil, 2023.

BUFALO, Daniela Cristina Lourenço; PINTO, Rafael Ângelo Bunhi. **Políticas públicas de educação financeira: do processo histórico às ações práticas em Instituições de Ensino Superior**. Revista da Avaliação da Educação Superior. Campinas, Sorocaba, SP, v. 28, 2023

CERBASI, Gustavo. **A riqueza da vida simples**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CORCETTI, Maria Lucinda. TREVISOL, Maria Teresa Ceron. **A escola, o currículo e os temas transversais**. REP - Revista Espaço Pedagógico, v. 11, n. 2, Passo Fundo, p. 28-46 - jul./dez. - 2004

CRISTOFOLINI, João. **O que a escola não nos ensina: sete habilidades essenciais para uma vida de sucesso que você não aprende na escola**. Rio de Janeiro, RJ, Alta Books, 2015.

EKER, T. Harv. **Os segredos da mente milionária**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

KIYOSAKI, Robert T. **Pai Rico, Pai Pobre - Edição de 20 anos atualizada e ampliada: O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. Setembro, 2018

PEREIRA, Josceli Roberto Gomes. BRITO, Marcos Antônio de. JUNIOR, Josceli Roberto Gomes Pereira. ARÉVALO, Jorge Luis Sánchez. **A Educação Fiscal e financeira nas escolas: política pública de importância na vida do cidadão**. Revista Contemporânea, v. 4, n. 2, 2024. ISSN 2447-0961

